

INTRODUÇÃO.....	19
-----------------	----

Capítulo 1

ARBITRAGEM NO BRASIL.....	21
1.1. Antecedentes históricos.....	21
1.2. A experiência brasileira	27
1.3. O advento da Lei nº. 9.307/1996	30
1.3.1. Principais óbices ao desenvolvimento da arbitragem no Brasil antes da Lei nº. 9.307/1996	30
1.3.1.1. Ausência de regulação a respeito da cláusula compromissória	31
1.3.1.2. Homologação judicial da sentença arbitral	32
1.3.2. Anteprojetos e advento da Lei de Arbitragem.....	34
1.4. Constitucionalidade da Lei nº. 9.307/1996.....	36
1.5. Código Civil de 2002 e alterações posteriores à Lei nº. 9.307/1996	43
1.6. Conclusões parciais.....	45

Capítulo 2

ARBITRAGEM E JURISDIÇÃO	47
2.1. Conceito de arbitragem	47
2.1.1. Arbitragem como meio adequado de solução de controvérsias.....	49
2.1.2. Arbitragem como método heterocompositivo de resolução de litígios.....	53
2.1.2.1. Autotutela	53
2.1.2.2. Autocomposição.....	61
2.1.2.3. Heterocomposição.....	67
2.2. Natureza jurídica da arbitragem	68

2.2.1. Teoria contratualista	68
2.2.2. Teoria jurisdicionalista.....	72
2.2.2.1. Conceito de jurisdição	72
2.2.2.2. Arbitragem e jurisdição.....	78
2.2.3. Teorias mista (ou híbrida) e autônoma	84
2.3. Conclusões parciais.....	89

Capítulo 3

PODERES DO JUIZ	101
3.1. Elementos clássicos da jurisdição	101
3.1.1. <i>Notio</i>	101
3.1.2. <i>Vocatio</i>	102
3.1.3. <i>Coertio</i>	102
3.1.4. <i>Judicium</i>	103
3.1.5. <i>Executio</i>	103
3.2. Visão alternativa dos elementos da jurisdição	103
3.2.1. Poder de decisão	104
3.2.2. Poder de execução	104
3.2.3. Poder de coerção	104
3.2.4. Poder de documentação.....	105
3.2.5. Poderes de conciliação e de impulso, auxiliares aos poderes de decisão e de coerção	106
3.3. Visão moderna a respeito dos poderes do juiz.....	106
3.3.1. Atividade e tutela jurisdicional cognitiva.....	109
3.3.2. Atividade e tutela jurisdicional cautelar	110
3.3.3. Atividade e tutela jurisdicional executiva	112
3.3.3.1. Atipicidade dos meios executivos.....	116
3.3.3.2. Notas sobre a noção de imperium à luz do ordenamento brasileiro	123
3.3.4. Relativização da dicotomia cognição-execução	126
3.3.4.1. Classificação ternária.....	127
3.3.4.2. Classificação quinária.....	134
3.3.4.3. Voltando à relativização do binômio cognição-execução ...	137

3.3.5. Execução imprópria	146
3.4. Movimento de desjudicialização da atividade executiva	148
3.5. Conclusões parciais.....	154

Capítulo 4

PODERES EXECUTIVOS DO ÁRBITRO.....	161
4.1. Premissas dos Capítulos anteriores.....	161
4.1.1. Poder executivo do árbitro: um célebre desconhecido.....	161
4.1.2. Jurisdição: um conceito em constante transformação	164
4.1.3. O árbitro exerce jurisdição.....	166
4.1.4. É cabível, nesse contexto, o estudo dos poderes executivos do árbitro.....	167
4.2. Regime legal vigente no Brasil quanto aos poderes executivos do árbitro .	168
4.2.1. O árbitro é juiz de fato e de direito.....	168
4.2.1.1. Decisões de mérito meramente declaratórias e constitutivas	170
4.2.1.2. Decisões de mérito condenatórias	177
4.2.1.2.1. Regra do <i>functus officio</i>	178
4.2.1.2.2. Propostas de relativização do <i>functus officio</i>	180
4.2.2. O árbitro tem poder para determinar medidas executivas durante o curso do procedimento	189
4.3. Limites aos poderes executivos do árbitro.....	205
4.3.1. Limites objetivos	205
4.3.2. Limites subjetivos	213
4.4. O regime da carta arbitral.....	231
4.5. Controle judicial dos poderes executivos do árbitro.....	237
CONCLUSÃO.....	245
POSFÁCIO	251
REFERÊNCIAS	255